



## Brasília, mais uma vez, diz não à mentira



**27** de novembro de 2009. A população brasiliense acordou com a notícia de que a Polícia Federal deflagrara a Operação Caixa de Pandora e, autorizada pela Justiça, estava fazendo busca e apreensão na residência oficial de Águas Claras, na Câmara Legislativa e em casas de parlamentares distritais. Mas o pior ainda estava por vir: as imagens da prevaricação. Representantes eleitos, entre eles o próprio governador, filmados recebendo dinheiro vivo das mãos de Durval Barbosa, o operador confesso do mais completo esquema de corrupção que se tem notícia na história da cidade. Esquema montado ainda no governo Roriz e que se sofisticou no governo Arruda.

Nessa mesma data, há 23 anos, a população brasiliense foi às ruas (*fotoso*) para protestar contra o pacote que enterrou o Plano Cruzado, numa manifestação que ficou conhecida como “badernaço” e que mostrou ao país a força da mobilização popular em nossa cidade.

As impressionantes imagens divulgadas nos últimos dias despertaram os homens e mulheres de bem que amam Brasília e querem que nos seus cinquenta anos ela resgate a utopia com que foi criada, de uma cidade mais justa e fraterna para todos e todas. Todos os dias, de forma criativa, mas indignada, as pessoas ocupam os espaços públicos para dizer que não aceitam mais essa corrupção que nos envergonha e entristece. Brasília, esforço e resultado do trabalho de todos os brasileiros, merece mais respeito.

## Orçamento aprovado garante reajuste aos professores

**A**provado nesta semana, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do DF prevê recursos para reajuste do setor da Educação. No anexo XX da LOA está prevista uma ação chamada de “melhorias salariais do servidor (recursos do Tesouro e do FCDF)” que, para a área de educação, está destinando uma dotação orçamentária de quase 250 milhões de reais, com o objetivo de atingir quase 60

mil servidores - que deve incluir a pendência dos professores e os 5% dos auxiliares na educação.

Não permitiremos que descumpram o que foi acordado conosco com o fim da nossa greve no início do ano, independente da crise política. Nosso compromisso é institucional, com o Governo do Distrito Federal. São conquistas da nossa luta das quais não

abriremos mão. Para relembrar: recebemos 5% de reajuste na folha de pagamento de maio, retroativo a março. O restante que falta para chegar ao reajuste de 15,31% (descontado o percentual da promoção por merecimento) deverá ser pago até março de 2010, acrescido do percentual de crescimento do Fundo Constitucional do DF de 2010, que foi 1,06%.

## Editorial

# Estarrecedor? Sim, mas para nós, nem tanto...

**E**stávamos finalizando este último Quadro Negro do ano quando estourou o escândalo do governo Arruda e de seus aliados na Câmara Legislativa. É claro que tivemos que repensar todo o jornal.

As imagens do senhor Durval Barbosa entregando dinheiro diretamente ao governador e a vários deputados distritais, a inacreditável desculpa da compra de painetes e, heresia das heresias, a oração de agradecimento de Brunelli, Prudente e Barbosa estarreceram o país.

Mas na verdade não podemos dizer que estamos totalmente surpresos. Há tempos o Sinpro vem denunciando a forma com o governo vinha agindo, em especial na área da Educação. Denunciamos, entre outros casos suspeitos, o uso de recursos do Fundeb para a contratação sem licitação da Fundação Sangari e para a compra de mais de 7 mil jornais diários do Correio Braziliense, também sem licitação e sem concorrência, para serem distribuídos às escolas. Neste jornal, baseados em investigação do site [www.orcamentotransparente.com.br](http://www.orcamentotransparente.com.br), vamos mostrar alguns dos contratos suspeitos firmados pela pasta da Educação.

De acordo com a revista Carta Capital, os ex-secretários de Educação, Maria Helena Guimarães e José Valente, juntos, emplacaram R\$ 503 milhões em contratos sem licitação entre 2007 e 2009. Seria muita ingenuidade imaginar que a dispensa foi feita porque havia urgência na contratação dos serviços. As investigações, segundo a revista, podem chegar ao governo paulista do tucano José Serra (também já denunciemos a implementação aqui dos mesmos programas levados a cabo em São Paulo e que deixaram a Educação paulista entre as piores do país).

Ou seja, parafraseando a célebre fala de Hamlet, de Shakespeare, sabíamos que havia algo de muito podre no reino da Dinamarca, no nosso caso nesse governo demotucano que alega não ter recursos para pagamento do acordo acertado com os professores, mas que desvia muito dinheiro na montagem de um esquema com empresas fornecedoras do governo para enriquecimento ilícito. Não podemos es-

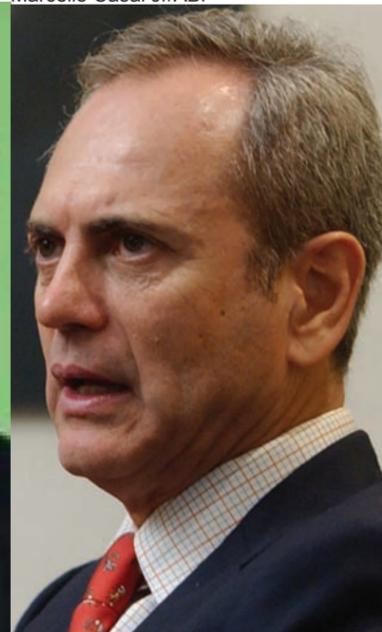
José Cruz/ABr



Agência Brasil



Marcello Casal Jr/ABr



O esquema de corrupção que envolve o governador Arruda e o vice, Paulo Octávio, já existia na gestão de Roriz

quecer também que esse esquema já existia na época de Roriz, governador que introduziu Arruda na política, ao nomeá-lo secretário.

Para que toda a sociedade tomasse conhecimento do governo de compadrio que estava instalado no governo do Distrito Federal há tempos, foi preciso que o operador do esquema, acuado, decidisse se beneficiar da delação premiada e, aproveitando-se da confiança na impunidade, gravasse fartamente a distribuição de propinas.

O que esperamos agora é a punição de todos os envolvidos, incluindo aí o vice-governador Paulo Octávio, pois há um claro movimento do DEM para poupá-lo. Não podemos esquecer que ele é um dos mais citados nas gravações e um dos grandes beneficiários com a aprovação do PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial) do DF, uma das votações em que Durval Barbosa diz que houve pagamento para que os deputados aprovassem.

## Respeito às professoras e professores

**O** Sinpro não aceita que a máquina pública seja utilizada como instrumento de promoção pessoal, e é nesta perspectiva que o sindicato entende o abaixo-assinado enviado às escolas onde se propõe a recondução do ex-secretário de educação ao cargo. O Sindicato dos Professores não pode admitir que a estrutura da secretaria de educação seja utilizada como se fosse propriedade privada a serviço dos interesses de alguns, ainda mais se tais interesses são contrários à maioria da população, nem tampouco admite pressão sobre professores (as) para que assinem o documento, conforme denúncias que nos tem chegado.

Ao afirmar que “à luz do que até aqui se noticiou sobre a conduta do secretário José Luiz Valente não nos permite vislumbrar, sob qualquer ângulo, razões tendentes à continuidade de seu afastamento, ou ainda, à sua substituição no comando da educação no Distrito Federal”, o abaixo-assinado desconsidera que as investigações estão em curso e até o momento várias empresas que prestam serviço para a Secretaria de Educação estão arroladas como alimentadoras do esquema. Muitas dessas foram contratadas sem licitação, fato que já denunciado como prática corriqueira da Secretaria, fato que por si só seria motivo para o afastamento do titular da pasta até a conclusão de todo o processo investigatório, medida preventiva básica, em respeito ao princípio da moralidade ad-

ministrativa.

Além disso, há um vídeo em que dois representantes de empresas que prestam serviço para a Secretaria repassam quase 300 mil ao Durval Barbosa e, segundo o inquérito, R\$ 60 mil foram encaminhados para Valente, por meio do “professor Adailton”, assessor direto do ex-secretário na Secretaria de Educação. Ou seja, por mais que alguns queiram defender o secretário, a cautela recomenda que, até prova em contrário, pessoas sob suspeita sejam impedidas de gerir a Educação. É uma questão de respeito ao patrimônio público.

Quanto aos rasgados elogios e ‘irrestrita aprovação’ à política educacional e planos propostos em execução, a realidade demonstra a distância entre o que eles relatam como sucesso e a realidade experimentada pelos professores nas escolas públicas do DF. São projetos e propostas construídas sem discussão e impostos de forma autoritária:

**1.** o Ciência em Foco, Veredas, Acelera e outros pacotes, comprados sem licitação pública e sem discussão com a categoria.

**2.** criação do 14º salário, onde é imputada ao professor total responsabilidade pelos resultados do sistema.

**3.** gestão compartilhada e autoritária que nega a autonomia ao gestor e à instituição, desestimulando a participação da comunidade escolar.

**4.** desrespeito a que é submetida categoria quando necessita de recorrer ao serviço de atendimento médico.

**5.** fechamento dos postos de perícia médica nas cidades e centralização no plano piloto.

**6.** colocar sobre suspeição, através da mídia, os atestados apresentados pelo professor@s.

**7.** negar direitos com licença-prêmio; ao mesmo tempo que contrata de forma relâmpago, substitutos para professor@s que aderiram à greve (direito constitucional).

**8.** estímulo à “contratação temporária horista” em detrimento ao concurso público.

Por tudo isso o Sinpro-df entende que neste momento a melhor ação da categoria é a mobilização contra a corrupção que, de forma escandalosa, se instalou no GDF, na Câmara Legislativa e no Poder Judiciário.

**Sinpro-DF:** sede: SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF  
**Tel.:** 3343-4200 / Fax: 3343-4207  
**Subsede em Taguatinga:** CNB 4, lote 3, loja 1. Telefax: 3562-4856 e 3562-2780  
**Subsede no Gama:** SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. Telefax: 3556-9105  
**Subsede em Planaltina:** Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina. Telefax: 3388-5144  
**Site:** [www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br)

**e-mail:** [imprensa@sinprodf.org.br](mailto:imprensa@sinprodf.org.br)  
**Secretaria de Imprensa:** Berenice Darc, José Luiz Sóter e Rosilene Correa  
**Jornalistas:** Junia Lara, Luis Ricardo Machado e Pedro Simões  
**Fotografia:** Valéria Carvalho  
**Diagramação:** Aristides Pires  
**Impressão:** Gráfica Plano Piloto  
**Tiragem:** 33.000 exemplares  
 Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

# Várias empresas, muitos negócios suspeitos

Veja alguns dos contratos com a Educação que envolvem empresas citadas como participantes do esquema do governo Arruda.

Esses contratos devem ser investigados pela Polícia Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O Sinpro já havia denunciado o absurdo da contratação da empresa Sangari para implementar o projeto Ciência em Foco, sem licitação. Agora a imprensa nacional confirma: o governo do Distrito Federal contratou por quase R\$ 300 milhões, sem licitação, uma empresa suspeita de participar do esquema de arrecadação paralela do qual o governador José Roberto Arruda (ex-DEM) é acusado de fazer parte.

Reportagem de Leila Suwvan publicada na edição desta segunda-feira do Globo mostra que com recursos federais do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), a secretaria de Educação do DF terceirizou, na prática, o ensino científico das escolas públicas para a Sangari do Brasil (vinculada ao Instituto Sangari), citada no inquérito da Operação Caixa de Pandora como financiadora do suposto caixa dois de Arruda.

Segundo o ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, principal testemunha da investigação, a empresa se aproximou de Arruda por meio de Renato Malcotti, lobista e amigo do governador. Em depoimento, Durval disse ter sido apresentado ao empresário Ben Sangari em 2006, quando ouviu a promessa de um "re-

torno compensador" para a campanha de Arruda se sua empresa fosse contratada pelo GDF após a posse. Posteriormente, em um dos vídeos gravados por Durval quando já integrava o governo Arruda, Malcotti afirma que atua no governo para "ajudar" a Sangari. Após a posse de Arruda, a secretaria de Educação começou a preparar a contratação do Instituto Sangari, com licitação. O procedimento foi questionado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, devido a sua obscuridade e a indícios de direcionamento.

Após diversas manobras para tentar driblar órgãos de controle, a Secretaria de Educação, sob comando de José Luiz Valente, do PSDB, decidiu contratar a Sangari sem licitação. Foi publicado no Diário Oficial contrato no valor de R\$ 38 milhões. No sistema de acompanhamento financeiro do GDF está registrada a prestação de serviços por R\$ 70 milhões. (Informações do site do Globo).

Em suma, a empresa mencionada no inquérito como grande colaboradora da campanha de Arruda, é destinatária de um contrato milionário firmado sem o devido procedimento licitatório e cujo valor atual não é divulgado no Sistema de Gestão Governamental. Coincidências demais, não?

## PUNIÇÃO PARA TODOS OS ENVOLVIDOS NA CORRUPÇÃO DO GDF E CÂMARA



EURÍDES BRITO



ROGÉRIO ULYSSES



JOSÉ VALENTE

## GUARDE BEM ESSES NOMES E DÊ A RESPOSTA NAS URNAS



BENÍCIO TAVARES



BERNALDO PONTES



AYLTON GOMES



PEDRO DO OVO



JUNIOR BRUNELLI



LEONARDO PRUDENTE



RONEY NEMER

## Gastos com a Info Educacional extrapolam o valor do contrato

A empresa Info Educacional já recebeu quase R\$ 15 milhões do GDF, para aquisição de tecnologia Educacional, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, incluindo 176 licenças perpétuas de uso de software e aulas de multimídias; guias de orientação, metodologias e uso de tecnologias e suporte presencial.

Entretanto, o contrato da Secretaria de Educação é no valor de R\$ 11,9 milhões e vai de 19/12/2008 a 19/11/2011.

Como podemos observar, de forma absurda, o valor gasto supera o valor do contrato. Mas como isso é possível? O sistema de gestão permite que sejam aplicados mais recursos do que o valor total contratado?

A manobra utilizada foi a seguinte: tendo em vista que a Secretaria de Educação possui duas unidades gestoras, a unidade 1 é a Secretaria e a unidade 2 são os recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, bastou repetir indevidamente o contrato firmado e o valor a ser destinado dobra de R\$ 11,8 para R\$ 23,8 milhões, um pedaço da Secretaria e outro no Fundo.

A dúvida que fica no ar é a de, se os R\$ 11,5 milhões eram suficientes para o pagamento desses serviços, que destinação estão tendo os recursos pagos a maior?

## Linknet recebeu mais de R\$ 183 milhões no atual Governo

A Linknet recebeu pagamentos dos mais diversos órgãos do GDF e vamos citar, por agora, apenas os principais contratos firmados entre a empresa e o Poder Público do Distrito Federal e, na próxima semana, terminaremos a pesquisa, devido ao grande número de contratações com valores menores.

Em 2007, nos principais contratos da Linknet com o GDF, se pagou mais de R\$ 15,5 milhões, nas Secretarias de Governo, Educação e Planejamento.

No ano de 2008, foram mais de R\$ 77 milhões em várias secretarias do DF (Educação, Governo, Planejamento, etc...) e outros R\$ 8,5 milhões no Fundo de saúde do DF (gerido pela Secretaria de Saúde), além de R\$ 1,8 milhão no Fundeb (Fundo ligado a Sec. de Educação).

Até novembro de 2009, foram pagos mais de R\$ 77,5 milhões pelas Secretarias do DF e R\$ 2,1 milhões no Fundo de Saúde do DF, fora o quase R\$ 1 Milhão no Fundeb.

Se somarmos todos esses números, concluiremos que, ao todo, foram pagos, nos principais contratos do GDF com a Linknet, empresa envolvida em uma série de denúncias de desvio de recursos públicos, mais de R\$ 183,4 milhões de reais pelo Governo Arruda.

## Secretaria de Educação gasta R\$ 10,9 milhões em Congressos, sem licitação

A Universidade de Brasília e demais centros de ensino superior do Distrito Federal possuem em seus quadros professores de Educação com Mestrado, Doutorado e até pós-Doutorado na área. Dessa forma, nos parece estranho que a Secretaria de educação, usando recursos próprios ou do FUNDEB (Fundo de manutenção da Educação Básica), precise trazer professores de outros estados e de outros países, que pouco conhecem da realidade educacional do Distrito federal, pagando fortunas para proferirem uma pequena palestra.

O que torna essa prática ainda mais curiosa é o fato de que todos esses congressos são organizados pela mesma empresa, contratada sempre sem licitação, a Profer Empreendimentos Comerciais Ltda., mais conhecida pelo nome fantasia de Interdidática.

Essa empresa, cuja sede fica em Alto da Boa Vista, São Paulo, é, como o próprio nome diz, uma empresa de empreendimentos comerciais, ou seja, fins lucrativos, e, mesmo assim, firmou com a Administração Pública um contrato sem licitação.

Em 2008, foram gastos R\$ 4 milhões com os congressos da Profer, todos pagos com recursos da Secretaria. No ano de 2009 foram despendidos R\$ 4,2 milhões dos recursos do Fundeb e R\$ 2,7 milhões em recursos da Secretaria.

Com esses recursos, a Secretaria de Educação construiria 3 novas escolas em assentamentos urbanos do Distrito Federal.

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

# Por que a gestão compartilhada não é democrática?

A gestão democrática nas escolas é um princípio constitucional e está relacionada à participação de toda a comunidade escolar por meio, principalmente, da eleição direta para diretores, atuação dos conselhos escolares e formulação participativa do projeto político pedagógico das instituições de ensino. Significa dizer que as escolas devem ser mais que um espaço físico dentro de uma comunidade, é preciso pertencer a essa comunidade, conhecer suas demandas e necessidades e principalmente permitir que todos os atores envolvidos no âmbito escolar possam participar deliberadamente das decisões visto que a escola não pertence ao governo ou ao seu gestor, mas à sociedade como um todo.

No Distrito Federal foi implementada a “gestão compartilhada”, uma espécie mista de provimento de cargo que envolve prova, eleição e indicação. No entendimento do Sinpro, essa forma de provimento de cargos de gestão das escolas é tão patrimonial e antidemocrática quanto a forma de indicação direta.

Isso porque não é a comunidade propriamente dita que elege o seu diretor: antes da eleição pela comunidade, o candidato deve passar por extensa lista de requisitos, além da obrigatoriedade de prestar uma espécie de ‘prova’ feita pelo Governo para aferir o conhecimento do candidato em gestão escolar. Depois, o candidato deve elaborar um plano de tra-



balho que também deve ser ratificado pelo Governo. Somente assim, o candidato poderá se apresentar à eleição da comunidade de modo que, sendo o mais votado, ainda caberá ao Governador a prerrogativa do ato de nomeá-lo e de investir-lhe no cargo.

Talvez por todos esses requisitos, a eleição para diretores e vice-diretores das escolas públicas do DF teve um resultado pífio no ano de 2008. Conforme Relatório da Secretaria de Educação do Distrito Federal, referente às ações do ano de 2008, das 620 escolas do Distrito Federal, somente 159 escolas conseguiram eleger seus diretores

e vice-diretores, por meio da participação de pouco mais de 24 mil pessoas, sendo que destas, 14.659 se expressaram por meio da Internet. Num universo de mais de 500 mil alunos, sem contar seus pais e responsáveis, professores e servidores, dá para perceber que a participação na eleição é muito pouco representativa.

## PERIGOSAS RELAÇÕES

A possibilidade de indicação estabelece uma perigosa relação clientelista que abre a possibilidade de controle da escola e comunidade a partir de intenções po-

lítico-partidárias garantidas pela atuação do diretor em troca da sua permanência nesse cargo.

Além disso, não se pode considerar democrático submeter um plano de trabalho “pronto” a uma pequena parcela da comunidade escolar (já que sabemos o quanto as audiências públicas são esvaziadas) ou que seja democrático uma pseudoeleição que tem se tornado em muitas escolas apenas um referendo, em alguns casos, de direções provenientes de outras comunidades. Ainda menos democrática tem sido a atuação dos conselhos escolares que cumprem, em sua maioria, apenas o papel de “assinar” e validar as decisões unilaterais da direção.

Soma-se a isso o termo de compromisso assinado pelos diretores, que estabelece previamente as metas pedagógicas e de gestão, engessando o exercício político da autonomia e desconsiderando as especificidades de cada escola, além de pressionar de forma irresponsável a aprovação desmedida visando manter ou elevar o IDEB.

Uma verdadeira Gestão democrática deve envolver uma comunicação dialógica visando tomada de decisões não hierarquizada e especialmente dentro de uma relação humanizada. Trata-se de reconstruir conceitos, reinventar práticas, dividir tarefas, abrir espaços e discussões e compartilhar resultados.

## Ciência fora de foco... e de compasso

Em tempos de educação inclusiva como centro das propostas educacionais em todo o mundo, o GDF, mais uma vez, dá mostras de sua gestão desumanizada, excludente e de sua negligência frente às demandas educacionais. Os milhares de reais gastos, de forma pouco transparente, com a empresa Sangari não foram suficientes para, no mínimo, oferecer o acesso dos estudantes com deficiência, especificamente surdos e surdocegos, aos conhecimentos curriculares básicos.

O programa Ciência em Foco, na corrida pela terceirização dos processos educativos – este sim, foco do governo local – sequer prevê a acessibilidade daqueles que, de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para a Educação Básica (MEC, 2001), deveriam ter adaptados à sua singularidade e/ou necessidade, os materiais e recursos pedagógicos. Divulgados com alarde pela Secretaria de Educação do DF, os materiais e equipamentos didáticos que compõem os “kits” do programa dificilmente conseguirão atender às demandas das minorias linguísticas e sensoriais que frequentam a educação básica na rede pública de ensino.

Como exemplo, basta verificar os vídeos pedagógicos apresentados, em geral documentários sobre a fauna, a flora, a diversidade de seres vivos e não vivos da natureza – conhecimentos fundamentais a qualquer estudante – que, por serem nar-

rados em português, não trazem qualquer tipo de tradução. Alguns poderão obstar: se o vídeo é em português, por que tradução? Este pensamento, idêntico ao dos gestores locais, revela a falta de consideração com que os diferentes dos padrões socialmente aceitáveis são tratados, inclusive pelos entes públicos. Mais ainda, revela descaso e preconceito para com grupos minoritários e pessoas com deficiência.

Os surdos, pela natureza de sua perda sensorial e pela forma de comunicação diferenciada, não acessam mensagens sonoras e/ou verbais, portanto, como já determinado por lei (10.436/2002) e apontado pelos marcos teórico-filosóficos que orientam a Educação Especial brasileira, tem direito ao acesso aos conteúdos curriculares em sua primeira língua, que é a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Nesse sentido, o bom senso manda que os vídeos pedagógicos tragam janelas com tradução da narrativa em Libras, realizada por intérprete da língua de sinais. Quando muito, na impossibilidade do intérprete, que os vídeos sejam legendados. Convém lembrar que a interpretação ao vivo, realizada por um intérprete educacional, nesses casos, não gera a mesma compreensão de uma interpretação já gravada e disposta na tela, pois, uma vez que não pode assumir tal posição estratégica, o intérprete educacional disputa a atenção do estudante com o próprio vídeo.

Os estudantes com surdocegueira ou baixa visão são duplamente prejudicados, posto que os materiais impressos, embora

de boa qualidade, não apresentam a escrita Braille ou mesmo possibilidade de ampliação. Por serem coloridos, porém com textos em fontes, no máximo, tamanho 16, ao serem reprografados, perdem totalmente a clareza das imagens e textos, tornando-se, para este estudante, um amontoado sem significação, dado que os equipamentos reprográficos fornecidos pela Secretaria de Educação, quando funcionam, só reproduzem em preto e branco.

Sem contar outros equipamentos de uso individual do aluno, como o (micro) microscópio, que tão frágil e pequeno, não amplia os organismos sugeridos pelo próprio livro-referência ou não permite que o professor se aventure a flexibilizar o planejamento. Como se vê, a ingerência dos setores responsáveis pela contratação de serviços educacionais como os da empresa Sangari concorre não apenas para o desperdício do dinheiro público, mas, sobretudo, para a manutenção de um quadro social excludente e discriminatório.

Seria demais destinar uma parte do material produzido ao atendimento das necessidades educacionais especiais? Para que servem os levantamentos estatísticos realizados com tanto rigor pela SEEDF? É inadmissível que, em tempos atuais, gestores públicos não compreendam a inclusão como princípio ético e de justiça social! Pelo visto, bom senso e vontade política passam longe dos gabinetes do GDF!

**Olga Freitas**  
Professora – Asa Sul  
Brasília, 26/10/09

## I Seminário de Educação Física contesta diretrizes da Secretaria

De forma unânime, todos os professores que participaram do I Seminário de Educação Física Escolar, realizado no início de dezembro, foram contra as diretrizes propostas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para 2010 e as novas tendências para a educação física escolar. Uma das maiores preocupações dos participantes é com a proposta da Secretaria em colocar a educação física para o contraturno. Segundo o diretor José Antônio Coelho, a circular não daria certo porque resultaria no aumento de evasão das aulas. “Se as aulas de educação física ocorressem no contraturno ficariam muito isoladas das demais disciplinas. Além disso, não vai interferir no debate do projeto pedagógico das escolas, propondo assim uma exclusão”, comenta o diretor.

Outra preocupação discutida no Seminário é com um Projeto de Lei que tramita na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O PL propõe a realização de Educação Física nas séries iniciais com profissionais (técnicos) e não com professores. A proposta tem como preocupação formar o aluno como um atleta em potencial. “Isto vai desconectar da questão pedagógica, que é o fator essencial, e terá apenas a preocupação técnica. Com isto excluirá o aluno gordinho, por exemplo”, comenta José Antônio, complementando que a educação física deve ser pensada como algo que inclua todos na prática de exercícios. “Com este enfoque proposto pela Secretaria, a questão do auto rendimento vai ser prioridade e não haverá interdisciplinaridade entre os professores das várias matérias”. Um documento contendo o resultado final do Seminário será distribuído pela rede pública de Educação Física e também entregue à diretoria do Sinpro-DF, que debaterá com o Governo do Distrito Federal.

**QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.**

Queremos nossa escola feliz!

**Queremos nossa escola feliz!**

# Projeto difunde ensino da Cultura negra nas escolas



A exposição foi levada para várias escolas do DF e vista por mais de 1.880 alunos

A exposição itinerante “Nos Caminhos de Zumbi”, que faz parte do festival “Cara e Cultura Negra”, reuniu mais de 1.880 mil alunos durante as exposições e palestras realizadas em sete cidades do DF. A cada semana aproximadamente 47 escolas participavam da exposição, promovida pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), que contava sempre com uma programação especial para os alunos e palestras para os professores. O objetivo da programação foi de levar às escolas a discussão sobre a história das civilizações negras, sonegadas por visões coloniais que tomam nossas referências apenas a partir do momento da chegada do homem branco quer seja aqui ou mesmo na África.

Para a professora de sociologia do Centro de Ensino Médio 1, do Núcleo Bandeirante, Iracema César Barreto, a exposição itinerante trouxe crescimento e enriquecimento tanto para os alunos quanto para os próprios professores. “A discussão e o debate sobre a cultura negra são de grande importância para que o aluno tenha o conhecimento necessário sobre o tema”, comenta Iracema, explicando que a turma teve a oportunidade de conhecer personalidades que não conheciam. “É importante salientar que para nós professores eventos como este servem como uma espécie de enriquecimento sobre o assunto e até mesmo reciclagem”.

Além do conhecimento e da difusão da cultura negra nas escolas do DF, a questão da formação do professor foi um dos pontos mais positivos. De acordo com a diretora do Sinpro Wiviane Farkas, o conhecimento



Apresentações abordando a cultura negra foram mostradas no encerramento do Cara e Cultura, no Teatro Nacional

adquirido pelo professor durante a exposição poderá ser usado em sala de aula. “Alcançamos pontos bastante positivos durante o Cara e Cultura Negra. Uma é na questão da formação do professor para que ele trabalhe a temática nas escolas, e também da oportunidade de levar o aluno a ter contato com esta cultura, valorizando

e conhecendo suas origens, além de rejeitar qualquer tipo de preconceito”, salienta.

O resultado desse esforço, que vem de outros anos, é que várias escolas do DF realizaram atividades ligadas à temática afrobrasileira e apresentaram seus resultados no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

## Seminário discute superação de preconceitos

No II Seminário sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, realizado nos dias 27 e 28 de novembro, na sede do Sinpro-DF, representantes de ONG's, políticos e autoridades ligadas ao tema discutiram propostas que possam levar à superação dos preconceitos e da homofobia no ambiente escolar. Na abertura do Seminário o diretor do Sinpro, Misael Barreto, disse que o Sinpro sempre estará à disposição da sociedade na luta contra todo o preconceito. “Promovemos eventos dessa natureza com os professores porque temos a certeza de que eles serão multiplicadores nas escolas do esforço de construir uma sociedade sem machismo, onde negros, homossexuais, mulheres e todas as minorias sejam verdadeiramente respeitados em seus direitos”, afirmou.

Também na abertura a deputada distrital Érika Kokay (PT) afirmou que a sociedade vem se libertando, mas ainda é preciso lutar contra a discriminação. “Vivo constantemente com a dor e com o sofrimento de pessoas discriminadas. Estamos em uma etapa onde a cidadania da liberdade é invadida e existe uma intolerância e uma violência sutis. Ainda há uma dor imensa quando uma pessoa define sua orientação sexual”, enfatizou a distrital, que faz parte da



O diretor Misael Barreto afirmou que o Sinpro-DF sempre lutará contra o preconceito

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Kokay ainda disse que em relação ao ambiente escolar é preciso trabalhar com a família e principalmente com os professores. “Temos jogado muita responsabilidade em cima do educador. Chegou o momento de assumirmos a responsabilidade e exigir a existência de uma rede

para assegurar a lógica de direitos. Cabe ao professor reivindicar o mínimo de ajuda para lutar contra este mal”. A opinião da deputada foi apoiada por Michel Platini, vice-presidente da ONG Estruturação. Segundo ela cada dia um gay, lésbica ou transexual morre vítima de homofobia. “Este povo luta para sobreviver, já que a discriminação é constante”. Platini revelou ainda que o

seminário promovido pelo Sinpro é de grande importância para o combate a homofobia nas escolas porque promove e oferece saídas para que estudantes homossexuais possam se defender de agressões.

O Projeto de Lei 22, que trata sobre a homofobia e está em tramitação no Senado Federal, foi levantado pelos participantes da mesa como uma das grandes medidas capazes de diminuir o preconceito e a discriminação. Para a secretária de Direitos Humanos do governo, Michele Benevides Meira, o Brasil possui hoje 18 milhões de gays, lésbicas ou bissexuais, fato que obriga a sociedade organizada a pensar medidas de combate ao preconceito. Segundo Michele, uma das saídas é a educação. “O movimento homossexual completa 30 anos e conseguiu algumas vitórias. É preciso criar de políticas públicas para o combate à homofobia e contra o preconceito. A sociedade precisa discutir isto e encontrar saídas”, finaliza.

O Seminário contou com a presença de vários diretores do Sinpro-DF, além de autoridades e conhecedores da área.

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

# A arte retratada sob a influência da natureza

A Escola Classe 11 de Sobradinho fez bonito no “Concurso Meliá Arte Brasília Ambiental”, projeto que enfatiza estimular a produção artística dos estudantes a partir de materiais alternativos e sucatas que iriam para o lixo. Das 16 obras premiadas pela banca examinadora e feitas por alunos dos quatro centros de ensino da rede pública do Distrito Federal classificados para o concurso, sete foram feitas por estudantes da E.C. 11 de Sobradinho. Como prêmio a escola ganhou um data show no evento de premiação que aconteceu no dia 14 de novembro, no Hotel Meliá 21.

Uma das grandes preocupações do projeto é despertar a responsabilidade ecológica e cultural nas escolas e nos alunos. Para o professor de arte e coordenação pedagógica da EC de Sobradinho, Cleiton Rodrigues Torres, a criação de pinturas, esculturas, objetos, mosaicos, xilogravuras, fotografias, instalações e videoartes pelos alunos a partir de sucata apresenta uma nova forma de se fazer arte nas séries iniciais do Ensino Fundamental. “Nestes concursos nós nunca pensamos em produzir uma obra de arte ou formar um artista. Queremos que os nossos alunos adquiram a preocupação com as linguagens artísticas, preservação da natureza e com a valorização da vida”, salienta Cleiton.

O professor Cleiton Torres ainda coordena o Grupo de Teatro Turma da Vila em Planaltina, e desenvolve um projeto em parceria com o Sinpro-DF para levar às escolas de ensino médio a discussão sobre DST/Aids. “O que vamos propor é uma reflexão do tema com os alunos”, comenta. As 195 obras de arte foram produzidas pelos alunos a partir de sementes, cascas de árvores e restos da natureza nos meses de agosto, setembro e outubro, e ficaram expostas na Galeria Vincent Van Gogh, em Sobradinho, de 07 de outubro a 05 de novembro. As 16 obras vencedoras do “Concurso Meliá Arte Brasília Ambiental” poderão ser vistas pelo público no saguão do hotel até o final de novembro.



Projeto coordenado pelo professor Cleiton visa despertar responsabilidade cultural

## Teatro infantil é coisa séria

O projeto Histórias e Viagens, desenvolvido pela professora Iara Vidal Andrade na Escola Classe 114 Sul, tem como tema principal a inclusão social. A iniciativa, que trabalha com 27 alunos da 4ª série, apresenta uma peça teatral atuada pelos próprios alunos. Segundo a professora do ensino fundamental é uma experiência que vem trazendo resultados positivos na vida escolar dos estudantes. No dia 14 de outubro a turma de teatro fez uma apresentação da peça Peter Pan.

“Trabalho com este projeto há seis anos e durante este período noto, além da inclusão social dos alunos, a possibilidade de trabalhar outros conteúdos. Com isto eles conseguem formular uma crítica do mundo que os cerca”, analisa Iara Vidal, que trabalha em parceria com a professora Iara Santos. “É importante salientar que são os próprios alunos que organizam toda a peça”.

**CAIXA SURPRESA** – Uma ciranda de livros e o sorteio de uma caixa surpresa também são adotados pela professora como forma de aprendizado. Com o objetivo de incentivar a leitura, os alunos levam uma obra literária para casa aos finais de semana e fazem uma análise. Em uma folha, fazem uma ilustração e no verso argumentam os pontos que mais gostou do livro. “Além disto, sorteamos uma caixa surpresa contendo seis livros, dois filmes, um diário de bordo, um mascote de pelúcia e chocolates



Peça Peter Pan é encenada por 27 alunos da 4ª série da Escola Classe 114 Sul e faz parte da grade curricular do ano

para que eles tenham prazer em ler. São iniciativas que colocamos em prática e colhemos frutos positivos”, comemora Iara.

O projeto de teatro infantil existe desde fevereiro na Escola Classe da Asa Sul e faz parte da grade curricular do ano.

## Professora de Brasília apresenta artigo no Congresso Nacional de Ciências do Esporte

Educação Física não é o primeiro curso que vem à mente quando se pensa em educação à distância, mas projetos pioneiros como a parceria entre a Universidade Aberta do Brasil e a Universidade de Brasília provam que é possível oferecer um curso de qualidade pela modalidade não presencial. É esse trabalho que a professora Suéle Marques Fernandes apresentou no Congresso Nacional de Ciências do Esporte, realizado

em setembro em Salvador. Mestranda da UnB e instrutora da UAB, Suéle escreveu um artigo mostrando como o curso de Educação Física está sendo oferecido à distância, e mostrou os resultados para o grupo de trabalho de Mídia e Educação no congresso.

O ensino à distância tem como vantagem a comodidade de poder estudar de qualquer lugar com acesso à Internet, seja sua casa ou um dos pontos de acesso disponibilizados pela instituição de ensino. Mas para Suéle, essa característica

traz a possibilidade e uma interação mais colaborativa entre ensino e aprendizagem, em que alunos e professores discutem em fóruns e chats, e registram seus progressos em diários de bordo. Com tutores presenciais, à distância e supervisores, os alunos podem explorar uma nova forma de interagir com a disciplina e com seus colegas, possibilitando inclusive a troca de experiências entre alunos que de outra forma jamais se encontrariam.

Apesar disso, nos cursos de Educação

Física existem encontros que precisam ser presenciais, e aí está o ponto fraco do sistema, no momento. A infra-estrutura ainda deixa a desejar, embora esse seja um problema comum também para os cursos presenciais. Para Suéle, esse é um problema que precisa ser superado para atingir o objetivo de oferecer um curso de graduação à distância de qualidade. A professora é a única representante de Brasília que apresentou trabalho nesse congresso, e o Sinpro apoiou com o pagamento da inscrição.

**QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.**

**Queremos nossa escola feliz!**

# Sinpro premia vencedores do Concurso de Redação

A cerimônia de entrega dos prêmios aos vencedores do Concurso de Redação promovido pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) foi cercada de muita festa, tanto por parte dos alunos quanto dos professores. Durante a tarde de terça-feira, 15, no auditório da Imprensa Nacional, a cerimônia foi aberta pela apresentação da peça Peter Pan, encenada por 27 alunos da Escola Classe 114 Sul e encerrada com a peça Vestido de Noiva, de Nelson Rodrigues, encenada por alunos do CEM 01 do Gama.

“Esta situação de violência nas escolas atinge não somente os alunos e professores, mas toda a sociedade. É fundamental que esta discussão não pare em um concurso de redação, mas que este tema seja trabalhado em todas as ramificações sociais. É o fazer de cada um que nos dará um mundo melhor”, afirmou Rosilene Corrêa. Após os primeiros colocados de cada ano lerem suas redações, diretores do Sinpro entregaram os notebooks aos nove alunos vencedores, e mais uma premiação em dinheiro aos três primeiros de cada ano. Veja a classificação final abaixo:

## 1º ANO:

- 1º - Jéssica de Oliveira Lima**  
1º G (Centro de Ensino Médio 01 de Brazlândia)
- 2º - Omayra da Costa Cavalcante**  
1º G (Centro Educacional 02 do Cruzeiro)
- 3º - Mateus Coelho dos Santos**  
1º C (Centro Educacional 06 do Gama)

## 2º ANO:

- 1º - Paulo César Bastos da Silva - 2º I (CEMEIT)**
- 2º - Thais Barcelos - 2º I (CEMEIT)**
- 3º - Leonara Barbosa da Rocha - 2º MD (Centro de Ensino Médio Ave Branca)**

## 3º ANO:

- 1º - Antonia Vanessa Marques Rodrigues**



Jéssica, Paulo e Antônio receberam os prêmios de diretores do Sinpro-DF

- 3ª A (Centro de Ensino Fundamental Miriam Ervilha)**
- 2º - Camille Fiamoncini Mattos - 3ª C (CEAN)**
- 3º - João Carlos Sousa Maciel 3º G (Centro de Ensino Médio 01 de São Sebastião)**

## Grupo teatral do Gisno é convidado para encontro internacional

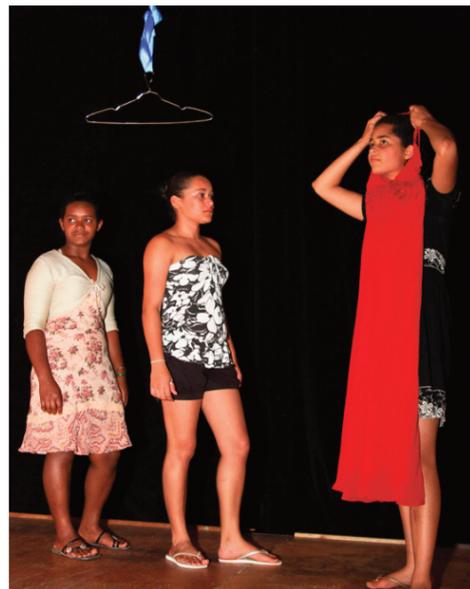
A parceria entre a teoria e a prática tem feito a diferença em muitas escolas do Distrito Federal. No caso do Colégio Gisno (907 Norte), um trabalho realizado pela professora Glória Teixeira já rende resultados positivos. O grupo de teatro Giz-no, formado por 28 alunos dos primeiros anos do ensino médio, foi convidado a participar do Encontro Internacional de Teatro Popular e foi reconhecido com o selo Cultura Viva – concedido pelo Ministério da Cultura – e acaba de retornar de um festival de teatro no México.

De acordo com a professora o objetivo do projeto é debater assuntos diversos e transformá-los em produtos culturais. “Fazemos leituras de jornais e revistas, debatemos os assuntos que mais chamam a atenção e depois transformamos este debate em produtos culturais”, explica Glória, ressaltando que o resultado são peças teatrais, músicas, performances cênicas e apresentações. O grupo Giz-no já se apresentou em oito festivais estudantis, aberturas de congressos e até mesmo em festivais

internacionais. Os ensaios e debates realizados pelos estudantes são feitos fora do horário escolar.

**Falta de patrocínio** - Apesar do convite recebido pelo grupo teatral para o encontro internacional, Glória Teixeira revela que dificilmente todos os alunos terão a oportunidade de viajar para o Chile. Segundo ela a organização do Encontro conseguiu todas as despesas em hospedagem, alimentação e transportes para o Giz-no, mas mesmo assim é preciso o dinheiro para as passagens aéreas. “Como é muito difícil levar todos os alunos, estamos pensando em ir apenas os dois alunos que tocam viola e violão, e que fazem apresentação de músicas caipira e sertanejas. Mesmo assim solicitamos que aqueles que puderem ajudar que o façam”, pede Glória.

Quinze alunos que já fizeram parte do grupo teatral estão concluindo o curso de artes cênicas da Universidade de Brasília (UnB). “Isto mostra que associar a teoria à prática traz benefícios à vida do estudante. É assim também nas artes”, finaliza a professora.



O grupo Gizno é formado por 28 alunos dos 1º anos do ensino médio. Estudantes já participaram de encontro internacional no México

## De olho nas estrelas

Com oficinas, palestras e observações noturnas, o projeto Noite Astronômica apresentou o mundo da astronomia para mais de 2500 alunos, e chamou a atenção até da NASA, a agência aeroespacial americana, que em novembro selecionou o Cemab de Taguatinga, anfitrião do projeto, como a única escola brasileira a participar de videoconferência com os cientistas da missão Apollo 11.

A Noite Astronômica teve um início modesto, conduzido pelo professor Cleovan Porto em 2004 e abrangendo pouco mais de 100 alunos. Formado em Física e fascinado pelos astros, o professor procurou parcerias com a UnB, Católica, o Clube de Astronomia de Brasília e a Agência Espacial Brasileira para realizar seu projeto. Hoje, as noites de observação astronômica contam com sete bons telescópios, a maior parte deles emprestados ou doados por essas instituições. O próximo passo, segundo o professor Cleovan, será a criação de um Clube de Ciência e Tecnologia no Cemab.

Quando não estão olhando para o céu noturno, os estudantes que participam do projeto também têm aulas e oficinas de sensoriamento remoto, lançamento de foguetes e a escala dos planetas - tudo feito com materiais recicláveis. Além disso, o auditório do Cemab recebe palestrantes ilustres no campo da física, astronomia e pesquisa aeroespacial.

A colaboração com a NASA surgiu como parte da 5ª Jornada Espacial da AEB Escola, que procurava uma escola pública com um bom projeto de astronomia. Apenas cinco países participaram dessa conferência, e o Cemab foi a única escola brasileira convidada.

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

# Por que devemos nos preocupar com propostas copiadas de São Paulo

Os professores das escolas públicas do estado de São Paulo lutaram bravamente para evitar a aprovação do PLC 29, que altera o Plano de Carreira dos educadores, mas o rolo compressor dos parlamentares que apóiam o governo José Serra referendou a matéria, mais um duro golpe na já combalida Educação de São Paulo.

Em entrevista ao jornal Quadro Negro, o secretário-geral da Apeoesp, Fábio Santos de Moraes, disse que o PLC é, de cara, um desrespeito ao atual Plano de Carreira da categoria que prevê que assuntos relativos ao Magistério deveriam ser discutidos previamente por uma comissão paritária. “Além disso, o projeto é excludente, pois prevê que até 20% dos docentes em cada faixa salarial poderão ter direito a reajuste de 25% sobre o salário-base – mas o percentual poderá ser de 18%, 10% ou até 1%. Isto porque dependerá da dotação orçamentária e quem decidirá o número de professores que terá direito à evolução será o governante de plantão” alerta ele.

Ele ressalta que não são 20% do total de professores que poderão, a cada três anos (o primeiro interstício é de quatro anos), passando na prova, evoluir na carreira, mas 20% de cada faixa salarial – hoje há cinco faixas salariais previstas no Plano de Carreira. “Mesmo que esses possíveis 20%, sejam “promovidos”, já terão uma perda da ordem de 27,5% no poder de compra em relação a março de 1998, quando entrou em vigor a Lei 836/97 (Plano de Carreira) de São Paulo.



Professores das escolas públicas do estado de São Paulo na luta contra o PLC 29, que altera o Plano de Carreira dos educadores

Além disso, há uma inflação acumulada nos últimos 12 meses da ordem de 6% e duas gratificações que precisam ser incorporadas para que o salário-base seja de fato valorizado” afirmou.

Para a Apeoesp, o correto seria corrigir as distorções impostas por sucessivos governos do PSDB, ainda que gradativamente, e iniciar uma urgente revisão da carreira, que hoje leva os professores à estagnação na última faixa salarial. “Devemos caminhar para uma carreira abert-

ta, na qual o professor possa alcançar os últimos níveis sem deixar a sala e não precise, como ocorre hoje, tornar-se diretor de escola ou supervisor de ensino para receber uma maior remuneração”, afirmou o professor Fábio.

A Lei também apresenta regras de enquadramento completamente equivocadas. Os professores não aceitam salários diferenciados para profissionais com igual tempo de serviço, funções e formação iguais e que trabalham na mesma escola, essencialmente no estado de São Paulo, que tem arrecadação privilegiada.

Há uma série de restrições impostas pelo PLC para que os professores possam

concorrer à “promoção”. Uma delas é a questão das faltas. “Como evitar faltas, se os professores estão adoecidos face às condições adversas em que trabalham, com salas superlotadas e jornadas extenuantes?” questiona o secretário-geral da Apeoesp. Não há garantias de que 20% de cada faixa salarial sejam contemplados. Mas os critérios de, digamos, desempate, prevê “maior pontuação”, “maior tempo de permanência na escola”, “maior pontuação na tabela de frequência”.

Os temporários podem participar, mas a exigência de permanência na escola por pelo menos três anos e dois meses (no primeiro interstício) praticamente o impedem de participar do processo, pois o temporário muda de escola todos os anos. É muito difícil que ele consiga aulas na mesma escola por mais de dois anos.

## DEFENDER O INDEFENSÁVEL

Recentemente o atual secretário de Educação de São Paulo, Paulo Renato, ex-ministro da Educação de FHC, mostrou a exclusão do projeto ao defender em artigo ao Jornal de Brasília. Textualmente ele disse: “O projeto que defendemos eleva anualmente em até 25% os vencimentos de, no máximo, 20% dos professores da rede pública”. Uma pergunta que não quer calar: por que 20%? Isso quer dizer que 80% da categoria não atende aos requisitos para promoção?

## Desmante da educação é política de governo em SP

Há catorze anos, desde a eleição do governador Mário Covas (PSDB), em 1995, os tucanos governam São Paulo. Covas governou por praticamente dois mandatos, até a sua morte. Foi substituído por Geraldo Alckmin – que depois se elegeu; e por José Serra. Neste período, o governo do Estado tem adotado a política de prêmios e gratificações nas escolas públicas e não de reajustes salariais. As perdas salariais chegam a 27,5% desde 1998, quando entrou em vigor o novo Plano de Carreira.

Os governos tucanos implantaram o regime de progressão continuada, que na prática transformou-se em aprovação automática, com sérias consequências para o ensino público do Estado de São Paulo. Fruto do autoritarismo dos tucanos, que não discutiram a mudança com os professores nem com os pais de alunos, impondo um projeto de cima para baixo sem dar qualquer estrutura para os docentes. O resultado são os péssimos índices alcançados pelos estudantes paulistas nas avaliações nacionais. O pior, alunos chegam a 8ª série do Ensino Fundamental sem dominar conhecimentos fundamentais de cálculo e de interpretação de texto.

Depois Alckmin lançou a Escola de Tempo Integral, uma clara peça de propaganda eleitoral, pois o “projeto” foi anunciando pouco antes de ele deixar o governo para candidatar-se a presidente da República. O projeto foi um fracasso, pois transformaram pouco mais de 500 escolas do Estado em depósito de crianças, sem qualquer infra-estrutura. O Ministério Público chegou a determinar, em algumas escolas do interior, o fim do projeto, pois os alunos chegavam a fugir das unidades porque na parte da tarde não havia atividades culturais ou desportivas, como o prometido.

Em 2008, o governo impôs uma série de medidas, a



nou que os primeiros 45 dias letivos de aula fossem utilizados para o “reforço de Português e Matemática”, a ser dado por todos os docentes da escola, e pela reorganização curricular, que reduzia, por exemplo, o número de aulas de Matemática, Português e Geografia no Ensino Médio.

## ERROS CRASSOS

O governo distribuiu cartilhas para os professores, interferindo diretamente na liberdade de cátedra. O que é pior, com erros crassos, como a de Geografia, que continha dois “Paraguais”, pornografia e palavras impróprias.

A política do governo Serra é o de culpabilizar os professores pelas deficiências do ensino. Uma maneira de desviar a atenção de suas próprias falhas, como a imposição de medidas educacionais fragmentadas; falta de infra-estrutura das escolas; ausência de política salarial e de valorização dos professores; centralização; autoritarismo e falta de autonomia didático-pedagógica das escolas e tantas outras. Também fica clara a intenção eleitoral do governo Serra, quando prevê que em

2010 (ano das eleições) a avaliação prevista no PLC 29 será aplicada no mês de janeiro. Nos demais anos, está prevista para julho.

Não há uma estatística sobre a carência de professores. A APEOESP iniciou nesta semana uma enquete com os professores, por meio de sua página na Internet. Nos dois primeiros dias, houve centenas de acessos e constatamos que há falta de professores de praticamente todas as áreas, mas especialmente de professores da Educação Básica I (1ª a 4ª séries) e, no segundo ciclo do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de professores da área de Exatas – Matemática, Física e Química.

Há na rede 213.576 professores, sendo que deste total, 110.229 são efetivos e 103.353 são temporários, o que configura um crime, pois não houve concurso por muitos anos.

Não há diferença salarial entre professores efetivos e temporários.

O resultado desta política: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada recentemente pelo IBGE, apontou que, no Estado de São Paulo, o total de crianças entre 8 e 9 anos que não sabem ler nem escrever subiu de 56 mil, em 2007, para aproximadamente 79 mil, em 2008; na faixa etária dos 10 aos 14 anos saltou de 29 mil, em 2007, para 51 mil, em 2008.

A APEOESP tem feito uma luta árdua na defesa de uma escola pública de qualidade e para todos, na defesa da melhoria das condições de trabalho, por melhores salários e pela valorização social do Magistério. “Nós acreditamos que a Educação contribui para tornar o Brasil cada vez melhor, para que as oportunidades de um futuro decente sejam garantidas a todos os filhos da classe trabalhadora” ressalta o secretário-geral da entidade, Fábio Santos de Moraes.

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Queremos nossa escola feliz!



Centenas de convidados se divertiram no tradicional Baile dos Aposentados, evento promovido pelo Sinpro-DF e realizado no dia 4 de dezembro, no Minas Brasília Tênis Clube. Ao som da banda Boca de Sino professores dançaram, reencontraram amigos, compartilharam alegrias e degustaram um maravilhoso coquetel.

# Aposentados sempre em atividade

Os professores aposentados têm dado um verdadeiro exemplo de obstinação e força de vontade. Ao contrário de ficar reclusa em casa, a categoria prestigia e participa dos cursos promovidos pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), além de ter participação ativa nas assembleias e seminários realizados pelo sindicato. Segundo informações da Secretaria para Assuntos dos Aposentados, de agosto de 2008 até agora mais de 480 professores aposentados participaram do curso de informática básica realizado na sede do Sinpro e nas subsedes do Gama e Taguatinga, e 133 do curso de formação sindical realizado em Caldas Novas. Além de oferecer uma espécie de reciclagem, as atividades também representam sinais de união e conquista, além de serem um instrumento de inserção dos aposentados nas lutas sindicais.

Durante as três turmas de formação sindical, realizadas de 14 a 17 de setembro, 19 a 22 de outubro e de 09 a 12 de novembro, em Caldas Novas, 133 professores e professoras discutiram e abordaram estas questões no âmbito de sua importância para o crescimento da categoria. “É importante salientar que estes cursos são importantíssimos para os companheiros e companheiras que apesar de terem se aposentado, continuam lutando por uma melhor qualidade de vida”, ressalta a diretora Isabel Portuquez.

As novas inscrições para os cursos de formação sindical e de informática básica foram feitas durante a reunião realizada no dia 26 de novembro e os professores



De agosto de 2008 até agora mais de 480 professores aposentados participaram do curso de informática



Diretora Isabel Portuquez ressaltou a importância do curso na busca por uma boa qualidade de vida

que ainda não tiveram oportunidade de fazer a inscrição poderão procurar a Secretaria de Aposentados pessoalmente ou pelo telefone 3343-4235 (falar com Ana Regina). Durante a reunião foram discutidos também as negociações sobre o Plano de Saúde; o pagamento das

pendências financeiras; esclarecimentos sobre os reajustes após a greve e dívidas do governo; a venda de computadores portáteis (laptops) para professores aposentados; situação do processo sobre o auxílio-alimentação; e a ação judicial para quem trabalhou com o ensino especial.

## Novos cursos

A Secretaria de Assuntos dos Aposentados anuncia que os cursos a serem oferecidos no primeiro semestre de 2010 serão realizados tanto em Brasília quanto em outras localidades. Uma das razões para a realização de cursos fora de Brasília é para que os participantes possam buscar um maior entrosamento e também se desligarem dos problemas rotineiros. “O aposentado que faz o curso sente aquela alegria de ser atuante. Esta entidade sempre foi credenciada na sociedade como um sindicato respeitado, e toda esta credibilidade foi graças à força e luta dos aposentados. Eles são muito importantes para a consolidação de nossa história e pela busca de uma vida digna”, comenta a diretora Isabel Portuquez.

É importante ressaltar que o governo demonstra total discriminação em relação aos professores aposentados quando não estende a eles todos os benefícios direcionados à categoria ativa. O fato é demonstrado na questão dos lap tops que só fica na promessa. “O Sindicato tem acreditado e incentivado os professores aposentados a sempre se manterem sempre atuantes e investirem em cursos”. A palavra de ordem é que os aposentados participem de todas as atividades da categoria – seminários, reuniões, manifestações – para terem a garantia de que seus direitos serão respeitados. Pedimos também que conversem com os companheiros que continuam fora da luta para engrossem nossas fileiras e garantam nossas conquistas. Que a luta continue firme em 2010!

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

# Lula quer comunicações na agenda política do país

Ricardo Stuckert / PR

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, abriu a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª Confecom), na noite de segunda-feira, dia 14, em Brasília, conclamando que a comunicação social volte a ser incluída na agenda política do país, e que os candidatos a todos os cargos públicos, “principalmente à Presidência da República”, sejam cobrados a se pronunciar sobre o tema para expor suas convicções e ideias.

Segundo o presidente, o Brasil tem uma legislação ultrapassada, que não leva em conta as mudanças no cenário das comunicações, e que é fundamental enfrentar essa questão com abertura, como se propõe a Confecom, para que depois não se caia em um cenário “caótico”.

O presidente Lula ressaltou, sobretudo, o papel das novas tecnologias para a democratização da comunicação e a necessidade de que o país usufrua delas em prol de seu desenvolvimento social. “A convergência de tecnologias deve ser um estímulo à socialização dos meios de comunicação e não à concentração”, defendeu.

As novas tecnologias, de acordo com o presidente, já estão mudando a forma de se fazer jornalismo no país. “A indústria da comunicação sempre trabalhou com um modelo vertical”, afirmou. “Poucos escreviam e falavam para muitos. Existia um núcleo ativo de produtores e uma massa passiva de



O presidente Lula abriu a Conferência e disse que a comunicação social deve voltar a ser incluída na agenda política do país

consumidores. A internet mudou o cenário. Consumidores de informação passaram a formar redes horizontais, trocando opiniões e tornando-se mais críticos e menos passivos.”

Lula reafirmou seu compromisso com a liberdade de imprensa, e disse que a Confecom se realiza sob esse signo. Para o presidente Lula, o leitor/ouvinte/espectador sabe discernir a informação que recebe e é um juiz severo dos meios de

comunicação. “Quem não lhes trata com respeito, acaba perdendo credibilidade. Não há melhor juiz para a imprensa do que a própria liberdade de imprensa.”

Sempre destacando o significado da Confecom por seu ineditismo e por reunir os diferentes segmentos interessados na questão, o presidente Lula lamentou que alguns atores tenham se ausentado do debate, “temendo-se sabe se lá o quê”. Na opinião do presidente,

esses setores perderam uma oportunidade histórica de diálogo. “Não será enfiando a cabeça na areia ou tentando congelar o passado que lidaremos com a questão. Isso vale para todos nós. É chegada a hora de uma nova pactuação, capaz de responder às oportunidades que temos diante de nós”, defendeu Lula, apostando que a Confecom produzirá o melhor documento possível para orientar o futuro das comunicações no país.

## Confecom aprova bandeiras históricas dos movimentos sociais

Diversas propostas se tornaram resolução ao receber mais de 80% de aprovação dos delegados em um dos Grupos de Trabalho. Entre elas, está a criação de um Conselho Nacional de Comunicação com funções de monitoramento e também de deliberação acerca das políticas públicas do setor. Também passou por consenso nos grupos uma proposta de divisão do espectro radioelétrico entre os sistemas público, privado e estatal numa proporção de 40-40-20. Foi aprovada a positivação do direito à comunicação na Constituição Federal.

Dificuldades metodológicas superadas, os grupos de trabalho constituídos para debater as propostas inscritas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) aprovaram uma série de resoluções que respondem a bandeiras históricas das organizações e movimentos sociais ligados à luta pelo direito à comunicação e a democratização da mídia. Estas propostas se tornaram resolução ao receber mais de 80% de aprovação dos delegados em um dos GT's. Algumas aprovações chegam a surpreender, por serem pautas tradicionalmente rechaçadas pelo empresariado e mesmo por órgãos governamentais.

Por exemplo, foi aprovada a criação de um Conselho Nacional de Comunicação com funções de monitoramento e também de deliberação acerca das políticas públicas do setor. Também passou por consenso nos grupos uma proposta de divisão do espectro radioelétrico entre os sistemas público, privado e estatal numa proporção de um terço para cada sistema. Outra proposta aprovada nos GTs foi a positivação do direito à comunicação na Constituição Federal.

Veja algumas das propostas aprovadas:

- Reconhecimento do direito humano à comunicação como direito fundamental na Constituição Federal.

- Divisão do espectro radioelétrico obedecendo a proporção de 40% para o sistema público, 40% para o sistema privado e 20% para o sistema estatal.

- Criação do Conselho Nacional de Comunicação,

bem como dos conselhos estaduais, distrital e municipais, que funcionem com instâncias de formulação, deliberação e monitoramento de políticas de comunicações no país. Conselhos serão formados com garantia de ampla participação de todos os setores.

- Criação da subsecretaria de Radiodifusão Comunitária

- Criação de representações estaduais do Ministério das Comunicações. Esta iniciativa facilitará a protocolização dos processos relativos a radiodifusão e telecomunicações e o acompanhamento da tramitação.

- Revogação da legislação que considera crime a operação de emissoras sem autorização, tendo inclusive sido encaminhado projeto de lei nesse sentido, ao qual serão aceitas emendas.

- Aumento do número de canais destinados às emissoras comunitárias, com a alocação, de, no mínimo, três canais na faixa 88 a 108 MHz. A existência de um único canal para as rádios comunitárias gera problemas nas grandes cidades.

- Destinação de publicidade institucional e de utilidade pública para as rádios comunitárias, respeitada a lei.

- Liberação de rede entre rádios comunitárias em casos de calamidade pública.

- Instalação de ouvidorias e serviços de atendimento ao cidadão por todos os concessionários.

- Incentivo à criação e manutenção de observatórios de mídia dentro das universidades públicas.

- Criação de fundo público para financiamento da produção independente, educacional e cultural.

- Definição de produção independente: é aquela produzida por micro e pequenas empresas, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos.

- Garantia de neutralidade das redes.

- Estabelecimento de um marco civil da internet.

- Fundo de apoio às rádios comunitárias.

- Criminalização do “jabá”.

- Isonomia das rádios comunitárias de pagamento de direitos autorais.

- Produção financiada com dinheiro público não poderá cobrar direitos autorais para exibição em escolas, fóruns e veículos da so-

cidade civil não-empresarial.

- Criação de um operador de rede digital para as emissoras públicas gerido pela EBC.

- Estabelecer mecanismos de gestão da EBC que contem com uma participação maior da sociedade.

- Limite para a participação das empresas no mercado publicitário: uma empresa só poderá ter até 50% das verbas de publicidade privada e pública.

- Proibição da publicidade dirigida a menores de 12 anos.

- Desburocratização dos processos de autorização para rádios comunitárias.

- Que a Empresa Brasileira de Correios ofereça tarifas diferenciadas para pequenas empresas de comunicação.

- Criar mecanismos menos onerosos para verificação de circulação e audiência de veículos de comunicação.

- Garantir emissoras públicas que estão na TV por assinatura em canais abertos.

- Criar mecanismos para a interatividade plena na TV digital.

- Fim dos pacotes fechados na TV por assinatura.

- Manutenção de cota de telas para filmes nacionais.

- Adoção de critérios de mídia técnica para a divisão da publicidade governamental nas três esferas.

- Promover campanha nos canais de rádio e TV, em horários nobres, divulgando documentos sobre direitos humanos.

- Inclusão digital como política pública de Estado, que garanta acesso universal.

- Buscar a volta da exigência do diploma para exercício de jornalismo.

- Garantir ações afirmativas nas empresas de comunicação.

- Criação de Observatório de Mídia da Igualdade Racial.

- Na renovação das concessões, considerar as questões raciais.

- Centro de pesquisa multidisciplinar sobre as questões da infância na mídia.

- Criação do Instituto de Estudos e Pesquisa de Comunicação Pública com ênfase no incentivo à pesquisa.

- Aperfeiçoar as regras da classificação indicativa.

(Por Cristina Charão, do Observatório da Imprensa)

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Queremos nossa escola feliz!

# Fórum Mundial discute a educação

**D**urante cinco dias especialistas de 15 países e aproximadamente 15 mil estudantes, professores, pesquisadores, trabalhadores, governos, sindicatos, associações e a sociedade civil organizada debateram e discutiram a educação no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. O evento, realizado de 23 a 27 de novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, teve entre as preocupações oferecer-se como um movimento coeso em prol da cidadania e pelo direito universal à educação. Dividido em três eixos temáticos, o Fórum tratou de educação, trabalho e desenvolvimento sustentável; educação, culturas e integração, e educação, ética, inclusão e diversidade. Durante o discurso de abertura, o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a inserção do Brasil no cenário mundial tem como pré-requisito a formação do povo. "Nesse sentido, a educação profissional é estratégica", ressaltou Lula.

O evento faz parte das comemorações dos 100 anos de criação das primeiras escolas federais de educação profissional e tecnológica, e foi justamente este ponto um dos quesitos mais abordados durante um dos dias do evento por alguns dos palestrantes. Na mesa formada pelo pesquisador argentino da Unesco, Néstor Lopez, pela americana Maria Cláudia Camacho, especialista do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego da Organização dos Estados Americanos (OEA), e pelo representante da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, Carlos Odas, a criação de estratégias para inserir com qualidade o jovem no mercado de trabalho foi profundamente debatida.

Durante o debate sobre juventude, educação e mundo do trabalho, Néstor Lo-



Especialistas de várias partes do mundo participaram do Fórum Mundial de Educação

pez ressaltou que o mercado acaba com o valor da educação quando a transforma em um elemento decisório na concorrência entre os jovens por um posto de trabalho. Lopez ainda provocou dizendo que a pressão exercida pela economia de mercado acaba influenciando a relação trabalho e educação. "Em uma sociedade extremamente competitiva como a nossa, ter o ensino médio é requisito básico para aumentar as chances de se conquistar um emprego. Alguns especialistas afirmam que, para ser competitivo, o jovem tem de ostentar um título que o coloque em vantagem ao outro", analisou.

Relacionado a esta preocupação, o governo brasileiro desenvolve uma política direcionada para jovens em situação de exclusão social, cultural e econômica. O principal desafio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) segundo Carlos Odas é criar políticas públicas arti-

culadas e integradas para beneficiar cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. "O grande desafio das políticas públicas é rever a relação educação e trabalho, já que na década de 90 houve uma mudança na estrutura de mercado, o que extinguiu postos de trabalho. Também temos de pensar em estratégias para inserir com qualidade o jovem no mercado de trabalho", comentou. Até 2010, a meta do governo é alcançar 2,6 milhões de atendimentos.

Além das palestras, que abordaram a inclusão de portadores de necessidades especiais, diversidade, trabalho informal, futuros modelos de educação e trabalho, entre outros, oferecidas em quatro salas distribuídas pelo Centro de Convenções, o Fórum ainda disponibilizou aos participantes mostras estudantis, shows com alunos de diversos estados, oficinas de culinária e desfiles.

## ETC promove desfile de modas

**U**ma parceria entre o Sindicato dos Professores no Distrito Federal com a Escola Técnica de Ceilândia acabou com um desfile de peças produzidas por alunos do curso de Corte e Design da E.T de Ceilândia. Na passarela, modelos mostraram roupas conjugadas com acessórios confeccionados artesanalmente a partir de escamas de peixe, restos de madeira e sementes. "O evento serviu para apresentar o trabalho da Escola Técnica e um programa de inclusão social realizado com alunos. Acho esta parceria interessante porque além de colocar os alunos em contato com um evento internacional, dá a oportunidade de mostrar o trabalho que eles já desenvolvem na escola. É a união entre a teoria e a prática", comenta o diretor de Política Educacional do Sinpro-DF, Cláudio Antunes. O Sindicato ainda participou de mostras tecnológicas, de ecoterapia e levou mais de 600 alunos do Instituto Federal de Brasília e da Escola Técnica ao Fórum.

## Saúde do professor desrespeitada

**A** pesar de todas as promessas, o GDF não fez nada de concreto para melhorar o atendimento nos postos da Diretoria de Saúde Ocupacional da Secretaria de Educação. Continuam as filas de várias horas, o desrespeito aos professores, o caos que se instalou desde que o governo passou a exigir que todo atestado médico fosse necessariamente avaliado pela perícia médica. Com 45 mil professores e um alto índice de doenças profissionais, não é de se estranhar que o posto de atendimento na 711 Norte esteja sempre superlotado, com filas de espera de várias horas.

A política do governo, entretanto, é a da desconfiança. O GDF não apenas assume que o professor está mentindo sobre a sua doença, como também duvida da competência de seus próprios funcionários, já que a maioria dos atestados é emitida por médicos do serviço público. E como está provado por pesquisa realizada pela Universidade de Brasília, as doenças dos professores não são fingimento: 37% dos professores disseram ter depressão, 14% síndrome do pânico, além de exaustão emocional, cansaço e baixa auto-estima. Fisicamente, os distúrbios mais comuns são laringite e nódulos nas cordas vocais – claramente doenças relacionadas ao trabalho. Maria José Correia, diretora do Sinpro, expressou a indignação geral: "os professores não tiram atestado por brincadeira! Ao invés de atacar professores doentes, o GDF deveria detectar

o que tem levado a categoria a esse alto índice de adoecimento e criar um programa preventivo".

Infelizmente, o constrangimento continua. A professora Eva Neide, logo após ter saído de uma cirurgia, pediu ao marido que entregasse o atestado à DSO. Os peritos recusaram e exigiram que ela comparecesse em pessoa, o que ela teve de fazer em cadeira de rodas, pois não conseguia caminhar sozinha. Atestados de um dia precisam ser apresentados em 24h, e atestados mais longos no máximo em 48h. Em visita ao local, as consequências dessa política eram visíveis: uma mãe doente carregando o filho de um ano, uma professora com o braço quebrado, outro com o pé engessado, todos forçados a comparecer pessoalmente, ainda com problemas de saúde, para entregar seus atestados e provar que eles não estão fingindo uma doença para faltar o serviço.

Não faltaram promessas do governo. Ainda em julho, o secretário Valente disse que a troca de atestados seria feita em um outro prédio mais espaçoso que concentraria todos os consultórios da DSO. Até agora, nada. O mesmo destino tiveram as promessas de contratação de novos funcionários, de flexibilização dos horários de atendimento, da construção de novos postos em outras cidades satélites além de Taguatinga. Indignados, os professores têm apenas uma pergunta: até quando?



Convidados debateram vários eixos temáticos que farão parte da Conferência Nacional

## Conferência de Educação defende eleição direta

**A** Conferência Distrital de Educação terminou no dia 19 de novembro, após 4 dias de intensos debates sobre os eixos temáticos que farão parte da Conferência Nacional de Educação em 2010. Entre as resoluções, destacam-se a decisão de ampliar o investimento em educação de 4,7% para 7% do PIB nacional e a defesa da eleição direta para diretores de escola.

Atualmente, a LDB determina que os diretores sejam escolhidos por "eleições democráticas". Na prática, cada secretaria aplica um método diferente. Em Brasília, por exemplo, os candidatos para a eleição são pré-selecionados para uma prova aplicada

pelo governo.

Quanto ao aumento do investimento em educação, a decisão da conferência distrital encontra-se de acordo com o decidido na 7ª Conferência Nacional da CNTE, em outubro. De acordo com a proposta, os recursos extras virão da exploração do Pré-Sal.

A Conferência Nacional de Educação acontece de 28 de março a 1º de abril de 2010, e terá como tema "Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação".

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

